

21/09/2017 às 05h00

## Governo pensa em separar privatização da Eletrobras e nova regulação em duas MPs

Por Camila Maia | De São Paulo



O governo considera publicar duas Medidas Provisórias (MPs) separadas para tratar da privatização da Eletrobras e da reforma do marco regulatório do setor elétrico, sendo uma em setembro e outra em outubro.

A primeira, que deve ter o texto concluído até o fim de setembro, deve tratar da modelagem da privatização da estatal, além de outras questões consideradas urgentes, como a proposta de solução para a judicialização relacionada ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), disse Paulo Pedrosa, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), que participou ontem do evento [Brazil Energy Frontiers 2017](#), promovido pelo [Instituto Acende Brasil](#).

Já o texto da MP que vai tratar da mudança do marco regulatório do setor elétrico, inicialmente previsto também para setembro, deve ficar para outubro, devido à necessidade de priorização das discussões sobre a Eletrobras. "A privatização da Eletrobras é um elemento importante no conjunto das melhorias das regras do setor", disse.

Primeiro, o MME está consolidando o movimento da privatização da Eletrobras, que vai exigir mudanças legais. "Isso fez com que a apresentação do marco legal [do setor elétrico] tenha sido adiada em uns 30 dias", afirmou Pedrosa.

Ainda não ficou decidido, porém, se serão de fato duas MPs separadas. Segundo Pedrosa, o ministro Fernando Coelho Filho deve bater o martelo sobre essa questão assim que retornar de uma viagem aos Estados Unidos.

Por enquanto, a pasta está discutindo as mudanças com os ministérios da Fazenda, Planejamento e com o PPI. "Já temos convergência [no MME], mas precisamos ter boa vontade e convicção dos outros ministérios também", disse.

Uma possibilidade, caso a medida provisória da Eletrobras seja separada e publicada antes, é que algumas questões mais urgentes da reforma do setor elétrico sejam incluídas nesse primeiro texto, como a solução para acabar com a judicialização do risco hidrológico.

Considerando a publicação do texto da medida provisória da Eletrobras neste mês e da reforma do setor em outubro, o objetivo do MME é concluir as reformas no primeiro semestre do ano que vem. "É desafiador, mas trabalhamos para isso", disse Pedrosa.